

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE
2018**

DENOMINAÇÃO: LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO


MORADA: Rua Santos Pousada, 182

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA : Bonfim

CONCELHO: Porto

COD. POSTAL: 4000-478



(O Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

DATA: Porto, ____ de ____ de ____

ASSINATURAS:

LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 500849200
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	185 955,25	192 074,23
Ativos intangíveis	5	427,08	683,33
Investimentos financeiros	11.12	2 089,32	1 547,35
		188 471,65	194 304,91
Ativo corrente			
Inventários	6	866,54	885,07
Créditos a receber	11.6	23,50	422,50
Estado e outros entes públicos	11.7	6 933,99	4 057,29
Diferimentos	11.2	2 484,44	2 339,91
Outros ativos correntes	11.1	275 062,42	214 691,51
Caixa e depósitos bancários	11.3	1 766 397,24	1 830 635,48
		2 051 768,13	2 053 031,76
Total do ativo		2 240 239,78	2 247 336,67
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.4	31 666,62	31 666,62
Resultados transitados	11.4	1 609 084,72	1 674 200,98
		1 640 751,34	1 705 867,60
Resultado líquido do período		-56 894,50	-65 116,26
Total dos fundos patrimoniais		1 583 856,84	1 640 751,34
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	10 565,48	12 310,95
Estado e outros entes públicos	11.7	11 466,01	11 763,46
Diferimentos	11.2	211 515,73	153 546,52
Outros passivos correntes	11.8	422 835,72	428 964,40
		656 382,94	606 585,33
Total do passivo		656 382,94	606 585,33
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 240 239,78	2 247 336,67

A Direção

Contabilista Certificado



LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

500849200

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	7	15 891,50	8 195,70
Subsídios, doações e legados à exploração	8, 11.9	602 384,64	593 087,75
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-62 122,84	-64 044,44
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-182 124,23	-192 853,14
Gastos com o pessoal	9	-428 673,28	-414 959,85
Aumentos/reduções de justo valor	11.11	-532,40	299,28
Outros rendimentos	7, 11.13	14 376,03	21 179,18
Outros gastos	11.14	-1 632,44	-4 851,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-42 433,02	-53 946,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-14 461,48	-11 169,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-56 894,50	-65 116,26
Resultados antes de impostos		-56 894,50	-65 116,26
Resultado líquido do período		-56 894,50	-65 116,26

A Direção

Contabilista Certificado

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500849200

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pre-escolar	Lar Residência	Projeto Gas Fenosa I e II	Projeto POISE	PERÍODOS	
						2018	2017
Vendas e serviços prestados		15 891,50				15 891,50	8 195,70
Custo das vendas e dos serviços prestados		-121 335,34	-369 460,78			-490 796,12	-519 618,18
Resultado Bruto		-105 443,84	-369 460,78		0,00	-474 904,62	-511 422,48
Outros Rendimentos		127 480,53	426 923,62	34 140,30	8 082,43	596 626,88	614 566,96
Gastos administrativos		-21 769,94	-113 108,25	-34 140,30	-8 082,43	-177 100,92	-164 449,91
Outros Gastos		-133,01	-1 382,83			-1 515,84	-3 810,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		133,74	-57 028,24	0,00	0,00	-56 894,50	-65 116,26
Resultado antes de impostos		133,74	-57 028,24	0,00	0,00	-56 894,50	-65 116,26
Resultado líquido do período		133,74	-57 028,24	0,00	0,00	-56 894,50	-65 116,26

A Direção

Contabilista Certificado

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		15 455,01	7 510,70
Pagamentos a fornecedores		-236 269,26	-246 383,94
Pagamentos ao pessoal		-272 013,25	-254 996,33
Caixa gerada pelas operações		-492 827,50	-493 869,57
Outros recebimentos/pagamentos		436 116,21	418 090,38
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-56 711,29	-75 779,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-8 010,22	-35 346,10
Investimentos financeiros		-747,15	-739,86
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		219,50	154,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-8 537,87	-35 931,16
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	31 197,00
Outras operações de financiamentos		1 010,92	1 010,92
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1 010,92	32 207,92
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 830 635,48	1 910 137,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.3	1 766 397,24	1 830 635,48

A Direção

Contabilista Certificado

LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras

2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos fixos tangíveis.....	11
5	Ativos Intangíveis	11
6	Inventários	12
7	Rendimentos e gastos.....	12
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	13
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras divulgações.....	14
11.1	Outros ativos correntes	14
11.2	Diferimentos	14
11.3	Caixa e Depósitos Bancários	15
11.4	Fundos Patrimoniais	15
11.5	Fornecedores	15
11.6	Créditos a receber.....	15
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.8	Outros Passivos Correntes	16
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	17
11.10	Fornecimentos e serviços externos	17
11.11	Aumentos do justo valor	18
11.12	Investimentos financeiros	18
11.13	Outros rendimentos.....	18
11.14	Outros gastos	19
11.15	Resultados Financeiros	19
11.16	Projeto Gasfenosa	19
11.17	Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	21
11.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	22

1 Identificação da Entidade

O Lar Nossa Senhora do Livramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº278 de 2 de Dezembro de 2000.

Tem sede na Rua de Santos Pousada, 182, freguesia do Bonfim no concelho do Porto.

Visa dar apoio às crianças e raparigas socialmente mais desfavorecidas ou carenciadas na sua formação e integração social, bem como desenvolver, dentro das suas possibilidades, todas as valências sociais que estejam ao seu alcance, sempre em resposta às necessidades que forem reconhecidas mais prementes no tempo e no local.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 12.3, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.4 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que estes são reconhecidos como tal.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Todas as propriedades de investimento que a instituição detém foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma contabilística em vigor desde 1/1/2016.

3.2.5 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Creditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Edifícios e Outras Construções	230 118,59	0,00			230 118,59
Equipamento Básico	89 860,57	7 247,14			97 107,71
Equipamento de Transporte	14 864,18				14 864,18
Equipamento Administrativo	106 917,79	839,11			107 756,90
Outros Activos Fixos Tangíveis	6 673,77				6 673,77
Activo Tangível Bruto	448 434,90	8 086,25	0,00	0,00	456 521,15
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	60 944,96	4 046,45			64 991,41
Equipamento Básico	74 252,20	6 405,87			80 658,07
Equipamento de Transporte	14 864,18				14 864,18
Equipamento Administrativo	99 625,56	3 752,91			103 378,47
Outros Activos Fixos Tangíveis	6 673,77				6 673,77
Depreciações Acumuladas	256 360,67	14 205,23	0,00	0,00	270 565,90
Activo Tangível Líquido	192 074,23	-6 118,98	0,00	0,00	185 955,25

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	31-12-2018
Programas de Computador	1 134,58			1 134,58
Activo Intangível Bruto	1 134,58			1 134,58
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	451,25	256,25		707,50
Depreciações Acumuladas	451,25	256,25		707,50
Activo Intangível Líquido	683,33	-256,25		427,08

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	866,54	885,07
Total	866,54	885,07

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	885,07	840,11
Compras	48 705,02	50 269,70
Doações	13 399,29	13 819,70
Saldo Final	866,54	885,07
Gastos do Período	62 122,84	64 044,44

A rubrica Doações diz respeito aos valores doados relativos a géneros alimentares.

7 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Prestação de Serviços	15 891,50	8 195,70
Quotas do Utilizadores	15 891,50	8 195,70
Outros Rendimentos e Ganhos	8 993,78	14 116,26
Rendas e Outros Rendimentos	8 993,78	14 116,26
Juros e dividendos	5 382,25	7 062,92
Depósitos Bancários	4 371,33	6 052,00
De Títulos	1 010,92	1 010,92
Total	30 267,53	29 374,88

8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2018	2017
		Demonstração de Resultados	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	470 801,94	496 797,87
Programa Expansão Pré-Escolar	Não Reembolsável	28 744,08	19 430,92
Segurança Social - Prestação Familiar	Não Reembolsável	18 763,20	17 831,95
F.S. Europeu/OE - Poise	Não Reembolsável	8 082,43	0,00
Total		526 391,65	534 060,74

9 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 5 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2018 e 2017 foi de, respetivamente, 27 e 26.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	345 590,89	335 130,44
Indeminizações	42,53	103,05
Encargos sobre as Remunerações	75 906,22	72 787,71
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 458,59	4 905,26
Outros Gastos com o Pessoal		
Formação Profissional	150,00	720,00
Vestuário e Calçado	246,33	272,39
Higiene, medicina e segurança no trabalho	1 278,72	1 041,00
Total	428 673,28	414 959,85

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Fornecedores - saldos devedores	1 563,41	51,00
Juros a receber	586,40	1 573,53
Rendas a receber	3 235,06	3 064,43
Programa expansão pré-escolar	28 744,08	27 060,00
Projeto Poise	41 571,33	0,00
Faculdade Educandas	1 317,00	484,00
Projeto GasFenosa	147 133,36	131 134,08
Ageas – valores a reembolsar	5,95	5,95
Outros devedores	56,10	0,00
Gastos a reembolsar	135,61	72,00
Titulos - CGD	223,70	224,07
Montepio Tesouraria - Fundos	50 490,42	51 022,45
Total	275 062,42	214 691,51

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 989,16	1 773,62
Medicina no Trabalho	495,28	528,00
Outros gastos a reconhecer	0,00	38,29
Total	2 484,44	2 339,91
Rendimentos a Reconhecer		
Projeto GasFenosa	170 074,21	153 215,02
Rendas	616,50	331,50
Projeto Poise	40 825,02	0,00
Total	211 515,73	153 546,52

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1 796,14	762,12
Depósitos à Ordem	163 485,46	133 609,24
Depósitos a Prazo	1 601 115,64	1 696 264,12
Total	1 766 397,24	1 830 635,48

11.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2018:

Descrição	Saldo Inicial	Díminuições	Saldo Final
Fundos	31 666,62		31 666,62
Resultados Transitados	1 674 200,98	65 116,26	1 609 084,72
Total	1 705 867,60	65 116,26	1 640 751,34

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores	10 565,48	12 310,95
Total	10 565,48	12 310,95

11.6 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Cientes		
Utentes	23,50	422,50
Total	23,50	422,50

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
IVA - A Recuperar	6 933,99	4 057,29
Total	6 933,99	4 057,29
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	2 677,00	2 794,50
IVA - Reembolso em Excesso	717,57	717,57
Segurança Social	7 996,64	8 192,03
FCT e FGCT	74,80	59,36
Total	11 466,01	11 763,46

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
	Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes	0,00	48,50
Utentes	0,00	48,50
Credores por Acréscimo de Gastos	76 553,25	80 996,32
Remunerações a Liquidar	57 828,61	60 582,81
Outras despesas diferidas		
Água	205,58	69,21
Electricidade	2 402,28	2 414,24
Gás	106,60	246,95
Reposição acordos cooperação	14 349,78	17 683,11
Outros Credores por ac. Gastos	1 660,40	0,00
Instituto Segurança Social	346 075,75	346 075,75
Reposição Dotação Lar 2014	140 065,93	140 065,93
Reposição Dotação Lar 2015	167 357,72	167 357,72
Reposição Dotação Lar 2016	38 652,10	38 652,10
Outros Credores	206,72	1 843,83
Outros Credores	206,72	1 843,83
Total	422 835,72	428 964,40

Os valores inscritos na rubrica “Reposição Dotação Lar ...” respeitam aos valores que se considera reembolsar à Segurança Social, pelo facto de durante os períodos em causa as transferências da dotação terem sido calculadas tendo por base um número de utentes superior ao que estava acordado no protocolo de cooperação.

Como tal a instituição optou por não reconhecer o rendimento total das transferências relativas à dotação, uma vez que muito provavelmente terá de proceder à devolução deste valor. Fica desta forma salvaguardado o reconhecimento no futuro de gastos relativos à devolução de verbas, bem como o reconhecimento neste exercício de rendimentos indevidos.

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
ISS, IP - Centro Distrital (dotação)	470 801,94	496 797,87
IGEFE - Diferencial das educadoras	28 744,08	19 430,92
Fundo Social Europeu/OE - Poise	8 082,43	0,00
Outras Entidades	73 037,29	43 242,69
Donativos	21 684,50	33 551,93
Legados	34,40	64,34
Total	602 384,64	593 087,75

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Os subsídios de “Outra Entidades” englobam 18.763,20 euros de subsídios familiares e 54.274,09 euros referentes ao projeto Gásfenosa.

O valor inscrito em donativos contempla, além de outros, o valor de 13.324,29 euros em géneros alimentares doados pela Lactogal e 5.608,36 euros relativos a outros donativos em espécie.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	40 613,89
Serviços especializados	35 297,79	41 715,48
Materiais	8 073,16	12 539,25
Energia e fluídos	26 670,96	23 697,50
Deslocações e estadas	3 601,36	3 353,61

Serviços diversos	18 708,78	20 666,72
Encargos com Utentes	28 533,66	24 855,95
Projeto GasFenosa	54 202,09	25 410,74
Encargos com Projetos Financiados	7 036,43	0,00
Total	182 124,23	192 853,14

11.11 Aumentos do justo valor

A Entidade detém fundos mobiliários designados por “Montepio Tesouraria”. As 531,0817 unidades de participação tinham, a 31/12/2018, um valor de 50.490,42 euros pelo que se reconheceu um gasto pela diminuição do justo valor de 532,03 euros. Detém também ativos financeiros na Caixa Geral de Depósitos (Ações e Obrigações) tendo sido registados ajustamentos negativos no valor total de 0,37€. Em 2017 tinham sido registados ajustamentos totais favoráveis no valor de 299,28€.

11.12 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros investimentos Financeiros		
Participação – Social Shop	250,00	250,00
FCT	1 839,32	1 297,35
Total	2 089,32	1 547,35

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Rendimentos e Ganhos	8 993,78	14 116,26
Descontos Pronto Pagamento	60,00	2,00
Outros rendimentos nos restantes ativos financeiros	5,78	1,34
Rendas e Outros Rendimentos prop. Investimento	8 928,00	7 217,08
Reembolso Subsídio Alimentação	0,00	6 895,84
Juros	5 382,25	7 062,92
Depósitos Bancários	4 371,33	6 052,00
De Títulos	1 010,92	1 010,92
Total	14 376,03	21 179,18

No que concerne ao valor da rubrica “Rendas e Outros Rendimentos”, para além de outros, em 2018 foram reconhecidos os valores de 622,38 euros relativos aos imóveis em copropriedade com a Santa Casa da Misericórdia e 2.617,62 euros do imóvel em copropriedade com o Instituto Profissional do Terço.

11.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	408,00	1 983,29
Dividas Incobráveis	649,00	1 041,00
Correções exercícios anteriores	0,00	1 006,79
Quotizações	300,00	300,00
Multas e Penalidades	275,44	0,00
Outros	0,00	520,00
Total	1 632,44	4 851,08

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	4 371,33	6 052,00
Dividendos obtidos	1 010,92	1 010,92
Total	5 382,25	7 062,92
Resultados Financeiros	5 382,25	7 062,92

11.16 Projeto Gasfenosa I , Gasfenosa II e POISE

A entidade no exercício de 2014 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado “Projeto Gasfenosa”. Este programa consiste no apoio por parte da empresa Gasfenosa aos gastos incorridos pelo Lar Nossa Senhora do Livramento no que concerne a

matrículas e mensalidades, manuais escolares, apoio ao estudo e alimentação (cantinas), de acordo com a candidatura efetuada.

O projeto será desenvolvido até ao ano letivo de 2022-2023 e tem um valor global previsto de 263 891,00 euros.

O quadro seguinte apresenta a distribuição por ano letivo dos gastos previstos segundo as diferentes rubricas aprovadas para o projeto:

GASTOS	2014-15	2015-16	2016-17	2017-18	2018-19	2019-20	2020-21	2021-22	2022-23	TOTAL
Matrículas e mensalidades	22 150	26 428	30 109	28 048	19 224	16 495	13 649	6 961	3 550	166 614
Manuais escolares	4 615	4 749	3 891	3 548	2 219	1 522	1 251	627	354	22 776
Apoio ao estudo	6 360	5 018	4 744	5 476	3 117	2 517	2 027	1 378	703	31 340
Alimentação (cantina)	8 550	8 721	8 271	6 845	4 222	3 147	2 365	689	351	43 161
TOTAL	41 675	44 916	47 015	43 917	28 782	23 681	19 292	9 655	4 958	263 891

No quadro seguinte apresentamos a previsão de recebimentos anuais relativos ao projeto:

	Total Anual	TOTAL
Ano 2014	33 340,00	33 340,00
Ano 2015	44 268,00	77 608,00
Ano 2016	46 595,00	124 203,00
Ano 2017	44 536,00	168 739,00
Ano 2018	31 808,00	200 547,00
Ano 2019	24 701,00	225 248,00
Ano 2020	20 170,00	245 418,00
Ano 2021	11 583,00	257 001,00
Ano 2022	5 898,00	262 899,00
Ano 2023	992,00	263 891,00

Os gastos incorridos nas diferentes rubricas, o valor recebido bem como o rendimento reconhecido no exercício de 2018, são discriminados no quadro seguinte:

Valor Total Projeto	Valor Recebido	Recebimentos Futuros
Inicial 263.891,00€		
Recebido ano 2014	33 340,00	
Recebido ano 2015	45 330,92	
Recebido ano 2016	22 889,00	
Recebido ano 2017	31 197,00	
Recebido ano 2018	55 134,00	
Total Recebimentos	187 890,92	76 000,08

GASTOS	2018	2017
Matriculas e Mensalidades	21 620,78	18 120,49
Manuais Escolares	1 372,37	1 794,68
Apoio ao Estudo	3 575,10	1 365,27
Alimentação (cantinas)	1 845,00	1 314,75
Transportes e outros	5 727,05	2 815,55
Total	34 140,30	25 410,74
Rendimento Reconhecido	2018	2017
Projeto Gasfenosa	34 140,30	25 410,74

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Gasfenosa durante o exercício de 2018 ascenderam a 34.140,34 euros. O rendimento reconhecido em 2018 foi igual aos gastos incorridos no valor de 34.140,34 euros.

Em termos de recebimentos durante o exercício receberam-se 55.134,00 euros referentes ao Projeto Gasfenosa.

A entidade no exercício de 2018 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado “Projeto A Todo o Gás (Gas Fenosa II)”. O projeto será desenvolvido entre Fevereiro de 2018 e Julho de 2019 e tem um valor global previsto de 29.817,28 euros.

Até ao encerramento foram registados gastos totais no valor de 20.133,78 euros e foi reconhecido o rendimento de igual valor.

Também em 2018 a instituição efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado “POISE”. O projeto será tem um valor global previsto de 48.907,45 euros, tendo recebido 7.336,12 euros do respetivo valor.

Até ao encerramento foram registados gastos totais no valor de 8.082,43 euros e foi reconhecido o rendimento de igual valor.

11.17 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

Pré-escolar : **30**; Lar Infância e Juventude: **31**.

11.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 30 de Abril de 2019

O Contabilista Certificado

A Direção